INCORPORAÇÃO DA GEDAMA

1. Introdução

A Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional aos Servidores Das Carreiras do Grupo De Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – GEDAMA foi instituída pela Lei nº 17.351/08, em seu art. 6º:

Art. 6º da Lei 17.351/08: Fica instituída a Gratificação de Escolaridade, Desempenho e Produtividade Individual e Institucional - Gedama -, devida, nas condições estabelecidas neste artigo e na forma que dispuser o regulamento, aos ocupantes de cargo de provimento efetivo e aos detentores de função pública das carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Entretanto, a possibilidade de incorporação aos proventos de aposentadoria só foi incluída na legislação em 2011, por meio da inclusão do § 5º do referido art. 6º pela Lei nº 19.973, onde se define que:

§ 5º A GEDAMA será incorporada aos proventos de aposentadoria e às pensões, considerando-se, para tal fim, a média aritmética das últimas sessenta parcelas da gratificação percebidas anteriormente à aposentadoria ou à instituição da pensão, observado o prazo mínimo de **percepção estabelecido no parágrafo único do art. 7º da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002.**

Inicialmente, a gratificação se dividia em parcela fixa e variável, sendo que a partir de 2012 a parte fixa passou a integrar o vencimento básico, sendo a contribuição previdenciária calculada sobre a parte variável. Na oportunidade, o servidor teria a opção de excluir a gratificação da base de cálculo da contribuição – abrindo mão, contudo, da possibilidade de incorporar os valores quando da sua aposentadoria.

De acordo com o texto legal, o requisito mínimo para incorporação da gratificação é a percepção por pelo menos dois mil cento e noventa dias (aproximadamente seis anos). Importante ressaltar que o cálculo é feito em dias, não por anos – ou seja, os seis anos não precisam ser consecutivos desde que completa a condição de percepção.

O valor a ser incorporado é calculado pela média aritmética das últimas sessenta parcelas (cinco anos) da gratificação percebidas anteriormente à aposentadoria ou à

instituição da pensão. Entre dois mil cento e noventa dias (06 anos) e três mil seiscentos e cinquenta (10 anos) de percepção, o valor a ser incorporado é sempre um décimo do valor total do benefício por ano de percepção.

2. Problemas principais

Uma interpretação mais restritiva, inclusive a adotada pelo Estado de Minas Gerais, poderia considerar que o prazo mínimo de seis anos deve ser computado somente a partir de dezembro de 2011, quando foi definida em lei a incorporação e, portanto, passou a ser feito desconto previdenciário sobre a gratificação.

A questão é que, no caso da GEDAMA, a Lei fala em tempo mínimo de percepção – ou seja, de recebimento da Gratificação. Não há, na letra seca da norma, distinção ou especificação quanto a necessidade de ter sido feita contribuição. Nesse sentido, não se sustenta o argumento do Estado.

Outro problema que aparece são os servidores que, tendo se aposentado antes de 2014, não perceberam a GEDAMA pelo tempo mínimo necessário à incorporação. Como exaustivamente dito, a lei permite a incorporação da GEDAMA aos proventos desde que cumprido o requisito mínimo de percepção por dois mil cento e noventa dias (06 anos) ou mais.

Infelizmente, o posicionamento jurisprudencial dominante é de que, mesmo diante da alteração legislativa conferida pela Lei Estadual nº 19.973, de 27/12/2011, não se há de reconhecer o direito à incorporação em favor dos servidores em inatividade que não auferiram o direito à benesse enquanto no exercício das funções públicas. Assim, o servidor que se aposentou antes de 2014 não faz jus à incorporação da GEDAMA.

Por fim, o problema final que se delinea é a prescrição.

Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação. Nessa linha, tendo em vista que a não incorporação da GEDAMA acarreta em danos contínuos no tempo, que se renovam a cada mês, é possível afirmar que se trata de relação de trato

sucessivo causado pela omissão da Administração (não conceder).

Sendo assim, tendo em vista o amparo jurisprudencial, salvo melhor juízo, nas ações judiciais de incorporação da GEDAMA a prescrição atinge somente as parcelas vencidas antes do quinquênio que precedeu o ajuizamento.

3. Conclusão

Sendo o que nos cabe para o momento, são essas as considerações iniciais acerca da incorporação da GEDAMA. Reiteramos que situações mais específicas devem ser analisadas individualmente, e dúvidas devem ser remetidas ao juridico@sindsemamg.com.

Belo Horizonte, 4 de março de 2021.

LUÍSA SANTOS

OAB/MG 196.542

Assessoria Jurídica do SINDSEMA